



OS PROFESSORES FRANCESES, SUA REPRESENTAÇÃO SINDICAL E A QUESTÃO DA SUA IDENTIDADE PROFISSIONAL


*FRENCH TEACHERS, THEIR REPRESENTATION BY UNIONS AND THE
QUESTION OF THEIR PROFESSIONAL IDENTITY*

*LOS DOCENTES FRANCESES, SU REPRESENTACION SINDICAL Y LA
CUESTION DE SU IDENTIDAD PROFESIONAL*


 **André D. Robert**

Doutor em Letras e Ciências Humanas (Paris-Sorbonne)
Professor Emérito das Universidades

Universidade Lumière Lyon 2 - L2 
Lyon, Auvérnia-Ródano-Alpes, França
andre.robert@univ-lyon2.fr


 **Michele Hidemi Ueno Guimaraes**

Doutora em Educação

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG 
Belo Horizonte, MG – Brasil
michele@fisica.ufmg.br

 **Eric Plaisance**

Doutor em Letras e Ciências Humanas (Paris-Sorbonne)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO 
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
erplaisance@gmail.com

Resumo: O artigo aborda a questão das identidades profissionais dos professores franceses dos ensinos primário e secundário, por meio do prisma da filiação e das influências sindicais. Um desvio pela história, da segunda metade do século XX, constitui uma chave para compreender a transição de uma situação de forte hegemonia sindical para uma situação de claro enfraquecimento contemporâneo. É, então, analisado como isso se reflete nos resultados das eleições profissionais e como, no contexto do aumento das ofertas sindicais, o sindicalismo se mostra mais difícil de ser compreendido aos olhos dos professores, assim como a influência do seu declínio também advém de mudanças nos arranjos administrativos para a gestão da carreira. Para concluir, são examinadas algumas questões sindicais vigentes, em torno do “reconhecimento” profissional, do repertório da ação sindical e do próprio exercício da profissão.

Palavras-chave: professores franceses; sindicatos; identidade profissional; história; questões contemporâneas.

Para citar - (ABNT NBR 6023:2018)

ROBERT, André D; GUIMARAES, Michele Hidemi Ueno; PLAISANCE, Eric. Os professores franceses, sua representação sindical e a questão da sua identidade profissional. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 70, p. 1-14, 26991, jul./set. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n70.26991>



Abstract: This article examines the professional identities of French primary and secondary school teachers through the lens of trade union membership and influence. A detour through the history of the second half of the 20th century provides a key to understanding the transition from strong union hegemony to a clear weakening today, and the effect of this weakening on professional election results. The article then considers how the multiplicity of trade unions on offer impact on teachers' understanding of the sector, while changes in the administrative procedures for managing careers also result in a decline in influence. We conclude by examining some current issues in teachers' unions around professional 'recognition', the repertoire of industrial action and actual working conditions.

Keywords: French teachers; unions; professional identity; history; contemporary questions.

Resumen: El artículo interroga la cuestión de las identidades profesionales de los docentes franceses del primer y del segundo grado a partir de la perspectiva de las pertenencias e influencias sindicales. El repaso de la historia de la segunda mitad del siglo XX constituye un elemento de comprensión para medir la transición de una situación de fuerte hegemonía sindical a la de un franco debilitamiento contemporáneo. Se analiza después cómo éste se traduce en los resultados a las elecciones profesionales y cómo, en el contexto de una oferta sindical demultiplicada, el sindicalismo resulta ser más difícil de leer a ojos de los docentes, cómo su pérdida de influencia procede también de los cambios intervenidos en las modalidades administrativas de la gestión de las carreras. Se examinan finalmente algunas cuestiones sindicales vivas, acerca del «reconocimiento» profesional, del repertorio de la acción reivindicativa y del ejercicio del oficio propiamente dicho.

Palavras-clave: docentes franceses; sindicatos; identidade profissional; historia; perguntas contemporâneas.

Agradecimentos

O autor agradece à revista francesa *Revue internationale d'éducation de Sèvres* pela autorização da publicação de uma versão adaptada deste artigo; agradece também a Michele Hidemi Ueno Guimaraes e Eric Plaisance pela ajuda na tradução do artigo para o português.

Nota Bene : Esta versão foi traduzida do francês para o português com ajuda de Michele Hidemi Ueno Guimaraes (UFMG) e Eric Plaisance (UNIRIO) :

« Les enseignants français, leur représentation syndicale et la question de leur identité professionnelle (premier et second degrés) », *Revue internationale d'éducation de Sèvres*, 91, décembre 2022, p.79-89. <https://doi.org/10.4000/ries.13387>

Os termos "sindicatos de professores" e "sindicalismo de professores" abrangem uma variedade de realidades, que vão desde o Ensino Primário às várias formas do Ensino Superior, incluindo o ensino profissional, e dizem respeito tanto ao setor público quanto ao privado. Por convenção, por um lado – além de qualquer especificação que designe um campo específico, por exemplo, sindicatos de professores do setor privado (Poucet, 1999) –, mas também pelo número de membros e pela representatividade em jogo, por outro, os "sindicatos de professores" evocam espontaneamente, na França, as organizações de professores do primeiro e segundo níveis do ensino público (Geay, 2005; Robert, 1995, 2004). Este artigo vai concordar com essa tradição: justificando-se pelo fato de que foi originalmente nesses dois setores, e no Ensino Primário, em particular, que o sindicalismo docente historicamente se originou no início do século XX, e se desenvolveu em um movimento de massas, atingindo seu auge na década de 1970. Os sindicatos do segundo nível da Educação, então, começaram a competir em número e influência com o poderoso sindicato do primeiro nível, proporcionalmente à democratização do sistema educacional francês, ao aumento espetacular do número de alunos e, conseqüentemente, do número de professores (das décadas de 1960 a 1990).

Quando se trata de relacionar a questão sindical às realidades e desafios da educação na França do século XXI, logo constatamos que é impossível fazê-lo sem fazer um desvio pela história, ao menos, a partir da segunda metade do século XX. A forma como o próprio sindicalismo docente francês evoluiu não pode ser dissociada do panorama escolar em que se inscreveu e das suas inflexões mais recentes – certos bloqueios no sistema podem, por sua vez, revelar-se parcialmente dependentes das posições sindicais. Em conexão com as transformações do sistema educacional e com as representações diferenciadas das identidades profissionais, que significado podemos atribuir à evolução desse cenário sindical, cuja data-chave pode ser localizada, na França, na virada dos anos 1992-1993? Como essa evolução, limitada a uma conjuntura particular, deixou sua marca no mundo do ensino contemporâneo e continua à fazê-lo? Em uma época de « obrigação mundial por resultados » (*performance assessment*), de uma pressão para executar e prestar contas (*accountability*), de uma inserção de « políticas baseadas em evidências » (*evidence-based-policies*), os sindicatos franceses constituem uma espécie de contrapoder à frente dos governos? E qual sua influência concreta nas práticas cotidianas? Ou são simplesmente uma força de inércia, ainda suficientemente poderosa para impedir certas decisões, mas sem ser capazes de propostas alternativas efetivamente adaptadas aos professores?

O papel dos sindicatos, em geral, e dos sindicatos de professores, em particular, pode ser interpretado de diversas formas, consoante se considerarmos, *a priori*, tais organizações como tendo sua essência principal a defesa das conquistas (levando-se em consideração que a palavra « *syndikos* » em grego significava o magistrado responsável pela defesa dos cidadãos contra as inovações) ou tendo como natureza manifesta – no que diz respeito às mais representativas delas – certa concepção de progressismo (da qual continuaria a se definir os contornos).

Para entender um pouco mais sobre a atual conjuntura do cenário sindical, trouxemos abaixo, uma lista das principais siglas das instâncias administrativas, federações dos sindicatos e dos próprios sindicatos franceses.

Quadro 1 - Lista das principais siglas utilizadas neste artigo (instâncias administrativas, federações dos sindicatos e sindicatos)

Sigla	Francês	Português
CAP(N)	Commission administrative paritaire (nationale)	Comissão administrativa partidária (nacional)
CGT	Confédération générale du travail	Confederação geral do trabalho
CT(M)	Comité technique (ministériel)	Comité técnico (ministerial)
FEN	Fédération de l'éducation nationale	Federação da educação nacional
FO	Force ouvrière	Força operária
FSU	Fédération syndicale unitaire	Federação sindical unitária
IUFM	Institut universitaire de formation des maîtres	Instituto universitário de formação de mestres
PEGC	Professeur d'enseignement général des collèges	Professor de ensino geral dos colégios
SE-Unsa	Syndicat des enseignants – Union nationale des syndicats autonomes	Sindicato dos professores – União nacional dos sindicatos autônomos
Sgen-CFDT	Syndicat général de l'éducation nationale – Confédération française du travail	Sindicato geral da educação nacional – confederação francesa do trabalho
SNES	Syndicat national des enseignements de second degré (FSU)	Sindicato nacional dos professores do segundo grau (FSU)
SNI	Syndicat national des instituteurs	Sindicato nacional dos instrutores
SNUipp	Syndicat national unitaire des instituteurs, institutrices, professeurs des écoles et PEGC (FSU)	Sindicato nacional unitário dos instrutores, instrutoras, professores das escolas e PEGC (FSU)
SNALC	Syndicat national autonome des lycées et collèges	Sindicato nacional autônomo do Ensino Médio e dos colégios
SUD	Solidaires, unitaires, démocratiques	Solidários, unitários, democráticos
UNSA Éducation	Union nationale des syndicats autonomes-fédération de l'éducation	União nacional dos sindicatos autônomos – federação da educação

Fonte: Robert

1 Um desvio pela história recente para entender o cenário sindical atual

Para entender o atual cenário sindical dos professores franceses, a primeira grande referência é o pós-Segunda Guerra Mundial, quando foi formada uma grande força federal, a FEN, que reuniu a maioria dos professores dos Ensinos Fundamental e Médio (Robert; Verneuil, 2020). Distinguem-se dois polos ideológicos correspondentes às concepções de

educação e às mentalidades desses dois setores. Por um lado, o SNI era a principal força numérica, porque atraiu a grande maioria dos professores do Ensino Primário (cerca de 350 mil pessoas, quase 75% do total e das quais sindicalizadas), e foi caracterizado pela ideia de uma escola republicana emancipatória (em virtude da sua própria existência), pela convicção de que a democratização dos alunos, para além dos 12 anos, pressupõe a extensão dos métodos pedagógicos e multidisciplinares do Ensino Primário, por apego a um velho modelo de secularismo (cujo epicentro reside nas escolas "normais", locais de formação não universitários). O SNI, que criou toda uma rede de organizações satélites e poderia atender às necessidades dos professores em diferentes áreas extraprofissionais (banca, seguros, férias), era dominante e impôs sua política à FEN. Por outro lado, no início, em número reduzido (menos de 30.000 membros), o SNES sindicalizou professores dos Ensinos Fundamental e Médio, formados na universidade (os mais qualificados dos quais se autodenominam "universitários"), principalmente ligados às suas disciplinas docentes, algo condescendente com a pedagogia e a cultura primária, menos dogmático em questões de secularismo e, sobretudo, não pondo em causa a divisão entre escolas (primárias) e escolas médias e secundárias. De 1948 a 1967, as duas administrações, do SNI e do SNES, tinham a mesma sensibilidade política (socialista), embora expressassem claramente essas diferenças nas identidades profissionais. A partir de 1967, a divisão se aprofundou, com a eleição de uma maioria comunista no SNES, redobrando, por meio de uma dimensão política, a distinção herdada da antiga maioria, segundo a qual os alunos do povo tinham direito aos "melhores" professores, nas estruturas de escola mantidas como estão. Mas, ano após ano, apesar das graves controvérsias internas (o SNES censurando o SNI pela sua lentidão na ação, o SNI denunciando a arrogância e o ativismo do SNES e as duas organizações expressando cada uma uma apresentação muito completa da uma reforma, mas fortemente diferente), a federação (FEN) segue firme sem se quebrar.

Vários fatores, externos e internos, combinaram-se para quebrar este quadro no início da década de 1990 e dar origem ao atual panorama sindical, não sem reter certos traços do passado, reconfigurados. Entre os fatores externos, destacamos em primeiro lugar a democratização do Ensino Secundário, a criação de um colégio único (primeiro ciclo do secundário) e a vontade de garantir que 80% de uma faixa etária atingisse o nível de 'bac' (fim do secundário). Promovido por políticas pró-ativas, o aumento do número em todo o Ensino Secundário (com o desenvolvimento de todos os tipos de escolas secundárias e a criação de bacharelados profissionais à partir de 1985) leva a um aumento do número de professores, ameaçando, assim, automaticamente, a hegemonia dos professores encarnada pelo SNI.

Entre as causas externas, que influenciaram a evolução do panorama institucional e sindical, encontramos ainda a decisão, devido à lei Jospin de 1989, de formar agora todos os professores de primeiro e segundo níveis nos mesmos institutos (IUFM), o que constituiu uma pequena revolução: a universalização da formação dos professores do Ensino Primário, agora denominados “professores da escola”, o envolvimento dos alunos-professores do Ensino Secundário numa formação “comum” que pode incluir a Pedagogia, tendo como projeto a unificação dos corpos docentes, não apenas do ponto de vista estatutário, mas também do ponto de vista das identidades profissionais. As causas internas da divisão são particularmente preocupantes para o SNI, que tem registado um declínio constante no seu número de membros, desde o final da década de 1970, e um fosso cada vez mais pronunciado entre a sua liderança e a sua base, devido à mudança de mentalidades entre as gerações mais jovens, pessoas cada vez menos sensíveis às especificidades culturais e ideológicas do Ensino Primário acima mencionadas. Soma-se a isto o risco de uma maioria da FEN ser tomada pela tendência que dirige o SNES (também influente dentro do SNI), onde a bancada comunista ou muito progressista de certos dirigentes não assusta nem os membros que, sem partilhar necessariamente das mesmas convicções políticas, fazem parte da visão do sistema educativo desenvolvido, conjugando o desejo de uma democratização acentuada e a manutenção dos objetivos do Ensino Secundário de alto nível.

Estimando, assim, uma situação favorável, a liderança da FEN antecipou em 1992 a ruptura, de alguma forma anunciada por décadas de conflito, entre as suas duas principais tendências internas, cristalizadas no SNI e no SNES. O resultado, à partir de 1993, foi uma multiplicação da oferta sindical no mercado profissional, em que os professores, sobretudo os mais jovens, consideraram, quando questionados, como uma indefinição da representação, dificultando as escolhas e, em última análise, conduzindo a um risco do aumento do descontentamento. Após a separação, surgiram duas grandes federações. A FEN, mantida por algum tempo, tornou-se UNSA Educação em 2000, e acolheu o SE, criado para substituir o SNI, significativamente chamado de Sindicato dos Professores para expressar o desejo de mudar a cultura sindical, reunindo professores do jardim de infância ao final dos estudos secundários, o que, de fato, não aconteceu. A outra federação, nascida em 1993, a FSU, foi sede do SNES e do SNUipp, uma nova organização (Ensino Primário), que muito rapidamente se tornaria maioritária.

Este panorama sindical vai ser completado, mencionando a presença de outras organizações minoritárias, mas com uma influência ideológica significativa. Entre as mais antigas, ainda existentes: - i) o Sgen-CFDT, um sindicato, composto por pessoas com caráter

educativo, agregando desde o jardim de infância até o último ano, que pretendia ser tanto uma organização educativa como um sindicato, acreditando que as escolas poderiam ser reformadas de imediato, sem esperar por grandes decisões central (Singer, 1993); - ii) herdeiro de uma organização específica apenas do Ensino Secundário, o SNALC quer ser, de um lado, o defensor dos métodos tradicionais e de outro, uma ordem escolar inalterada (Verneuil, 2019). Ao lado dessas organizações, uma série de outras organizações apresentaram os seus argumentos (particularmente de grandes confederações de trabalhadores como a CGT e a FO, ou, numa escala menor, a SUD), mas a sua influência também permaneceu limitada, com algumas exceções (assim, os sindicatos da FO registraram um aumento bastante significativo desde o início da década de 2000, numa base conservadora em termos do estatuto da função pública e da Pedagogia).

Como disse um professor entrevistado durante uma das nossas entrevistas: *Temos que ver que existe, mesmo assim, uma fragmentação do sindicalismo. [...] Como resultado, o sindicalismo tem menos influência* (Robert; Carraud, 2018).

Influência atual e lugar dos sindicatos docentes no funcionamento do sistema educativo

Uma das medidas objetivas da influência sindical se baseia nos resultados das eleições profissionais, regulares a cada três ou quatro anos, desde a Libertação (1944-45), e em primeiro lugar na taxa de participação nas mesmas. Durante muito tempo, esta taxa foi considerada elevada, comparativamente a outros setores de atividade profissional: ultrapassava os 60%. A partir da década de 2000 e da mudança nos métodos de votação (inteiramente remoto), caiu para cerca de 40% e estabilizou neste mínimo (39,80 % em 2022), de modo que, agora, menos da metade dos professores e funcionários (418.846 eleitores dos 1.052.419 inscritos) acreditam que devem depositar a sua confiança nos representantes sindicais, nos órgãos nacionais (por exemplo, « Comitê Técnico », « Comitê social de Administração » ou « Comissão Administrativa Mista »). Este continua, no entanto, a ser, em comparação a outras categorias profissionais do país, uma percentagem elevada, como pode ser visto no Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 - Resultados das eleições profissionais do CSA (Comité social d’administration – Comitê social de administração nacional) de dezembro de 2022

Organisation Organização	Voix Participação	%	Sièges Assentos
FSU	137.580	34,05	6
UNSA Éducation	78.289	19,37	3
FNEC-FP-FO	56.778	14,05	2
Sgen-CFDT	31.533	7,80	1
CGT Éducation	26.843	6,64	1
SNALC	25.105	6,21	1
SUD Éducation	20.553	5,09	1

Fonte: Ministério da Educação Nacional (França).

Entre os muitos casos, que deram origem a eleições nacionais, escolhemos este como o mais significativo. Isso traz à tona a FSU (Fédération syndicale unitaire), organização transformadora, como mais importante e influente (desde 1996). Em seguida, vem UNSA-Éducation, reformista, da antiga FEN (Fédération de l'Éducation nationale) e, na terceira posição, o sindicato FO (Force Ouvrière), educacionalmente conservador, obteve progressos significativos. Aqui notamos uma estabilidade geral dos resultados, em comparação com as eleições anteriores de 2018. Apenas UNSA perdeu um assento, o SUD, sindicato contestatário, ganhou um (os números são do Ministério da Educação Nacional).

A influência sindical, assim medida em intervalos regulares, é um dos elementos do diálogo social numa democracia representativa, fazendo com que os sindicatos apareçam, por vezes, contra a sua vontade, como “óleo nas rodas” (Siwek-Pouydesseau, 2001), quando não como co-gestores do sistema. Como exatamente essa questão se apresenta hoje?

O paritarismo, isto é, a representação igualitária dos sindicatos e da administração nos órgãos reguladores, estabeleceu-se como uma conquista democrática a partir da Libertação, tendo primeiro como epicentros as comissões como órgãos administrativos conjuntos (nacionais, acadêmicos e departamentais), responsáveis pelo ensino, carreiras, problemas mais delicados de progressão, classificação e transferência. Os representantes da União – a par dos representantes da administração e com direitos iguais – asseguram o bom funcionamento das operações, tornando-se especialistas tão competentes quanto os administradores. Isto constituiu uma força notável do sindicalismo, na medida em que, por um lado, demonstrou, de forma prática e simbólica, conhecimentos valiosos para toda a profissão e, por outro lado, as organizações comunicaram, então, os resultados (transferências e promoções de níveis) aos interessados muito mais rapidamente do que a própria administração.

No entanto, desde 2010, as coisas evoluíram com a aprovação de novas leis sobre a renovação do diálogo social. Se os CAP responsáveis pelas carreiras, cujo funcionamento

acaba de ser descrito, continuarem a existir numa base de paridade e a gerir as mesmas questões (embora a administração seja agora mais reativa na divulgação dos resultados, privando, assim, os sindicatos de uma vantagem anteriormente adquirida), o centro de gravidade, tomado como referência de representatividade, foi deslocado para as comissões técnicas, acima mencionadas, cujas competências foram claramente alargadas e onde a paridade foi eliminada. Estas comissões, em vários níveis, a começar pela Comissão Ministerial 4, embora denominadas técnicas, assumem missões com uma orientação política mais geral, sem serem necessariamente responsáveis pela determinação da política educativa em sentido pleno. Abordam questões relacionadas ao pessoal, empregos e competências, regras estatutárias, métodos de trabalho, grandes orientações em termos de política de remuneração, formação, integração profissional, igualdade profissional e luta contra a discriminação. A paridade já não é exigida, os representantes da administração já não são chamados a ter assento permanente, mas sim de acordo com a natureza das questões abordadas e as suas competências específicas relativamente às mesmas, para maior eficiência. Como resultado, os sindicatos ficam em grande parte sozinhos, para decidir sobre os textos que forem apresentados, até que seja alcançado um acordo entre eles. A função tributária, anteriormente atribuída aos sindicatos por sua intervenção nestes órgãos, sob a forma de “declarações prévias” expressivas de reivindicações e da política sindical (dirigidas a todos os representantes administrativos, ministro ou representante, reitores etc.), é, portanto, significativamente reduzida.

Nestas condições podemos falar de cogestão? Não, no sentido de que não se trata de co-pilotar a política global do sistema educativo, e de que as intervenções sindicais se realizam no âmbito de comissões que, em ambos (CT e CAP), permanecem em qualquer um dos casos consultivas. Além disso, se certas organizações puderem, neste ou naquele momento da história recente, situar-se em relativa proximidade com a política educacional deste ou daquele governo (por afinidades ideológicas), ou ver-se acusadas por outros de tal modo (por razões de rivalidade e concorrência intra-sindical), a cogestão, que pressupõe um envolvimento estrutural dos aparelhos sindicais nos próprios órgãos de governação, não é um termo adequado.

No total, em comparação às últimas duas décadas, a influência sindical sofreu um inegável declínio (o que também se reflete na redução do número de membros efetivos), mas esta influência permanece real por meio das competências desenvolvidas pelos representantes sindicais em vários órgãos. É apropriado examiná-lo, agora, em relação a outras questões.

Algumas questões contemporâneas vigentes

Numa tradição hegeliana revisitada por sociólogos e filósofos contemporâneos, como Axel Honneth (Honneth, 2004), sendo a troca social, para cada ser humano, essencialmente orientada pela preocupação com o reconhecimento recíproco, esta análise pode ser alargada ao coletivo e grupos sociais apreendidos por meio das suas identidades profissionais.

A integração normativa das sociedades só se concretiza no quadro da institucionalização de princípios, que organizam, de forma inteligível para os próprios agentes, as formas de reconhecimento recíproco, que permitam aos seus membros uma verdadeira integração no todo social.

Deste ponto de vista, as organizações sindicais desempenharam historicamente e continuam a desempenhar, embora de forma diminuída pelas razões acima mencionadas, um papel importante. Essa luta pelo reconhecimento assume particular importância, no que diz respeito aos professores franceses, na medida em que essa categoria profissional, embora constituída por funcionários públicos, há muito que é considerada (ao menos para os seus membros mais elevados na classificação) como elegível para a categoria de “profissão”, isto é, uma atividade profissional socialmente reconhecida, caracterizada, em particular, pelo domínio de conhecimentos de alto nível, uma ideologia de serviço aos outros e uma reivindicação de relativa autonomia (Hughes, 1996).

Procurando estabelecer os seus constituintes num permanente “processo de profissionalização”, que visa este estatuto social da profissão, em todo o caso, um estatuto próximo dele, os sindicatos docentes geralmente defendem o problema do reconhecimento por meio das reivindicações salariais, da melhoria das condições de trabalho e do tema geral de “revalorização”. Daí uma forma de tensão interna: se uma profissão é reconhecida pela sua autoridade moral e intelectual, mas também pelo seu nível de remuneração (com a sociedade mostrando, particularmente no quadro neoliberal contemporâneo, uma sensibilidade cada vez mais aguda a este respeito), exigir melhorias materiais é admitir um status social inferior. Segundo dados da OECD, os professores franceses estão classificados em 22º lugar entre 33 países estudados em termos de salários (OECD, 2021) e, segundo a mesma organização internacional, apenas 5% dos professores universitários se sentem valorizados (OECD, 2021). É, portanto, na convicção de agir legitimamente, e de acordo com a sua função primordial de representação de interesses materiais e simbólicos, que os sindicatos se expressam e tentam organizar a ação coletiva com vista à melhoria. Tomemos o exemplo do SNUipp: pretende defender “a revalorização de todos os quadros, mas para isso seria necessário liberar um

pacote orçamental real e ambicioso, um plano de programação ao longo de vários anos: proporcional ao investimento de quem realmente faz escola” (SNUipp, 2021). Quanto à SE-Unsa – outro exemplo – embora considere que foi parcialmente ouvida pelas autoridades públicas, “continua a exigir um aumento plurianual planejado para construir plenamente a reavaliação” (SE-Unsa, 2021). Posto isto, e, salvo em momentos excepcionais, em que se realizam reuniões com uma exigência muito específica (como durante o dia 13 de Janeiro de 2022, contra a procrastinação ministerial para gerir o protocolo sanitário anti-Covid nos estabelecimentos de ensino, e como também é geralmente o caso durante mobilizações relativas a problemas locais bem definidos, por exemplo, eliminações ocasionais de cargos ou classes), emerge certa desconfiança – mas sem uma rejeição definitiva – ou um distanciamento relativo face aos sindicatos e aos modos de ação por eles favorecidos. Os comentários coletados em nossas pesquisas testemunham isso, conforme podem ser vistos abaixo:

Fui sindicalista a vida toda. [...] Aí está, não é tudo preto no branco, mas ainda sinto o sindicalismo na defensiva.

Os sindicatos têm um papel no momento do “movimento” de defesa dos problemas de pontos, escalas etc., um papel reduzido em termos da sensibilização das questões da Educação e do lugar da escola na sociedade, na Pedagogia ou na Filosofia da Educação, mas muito pequeno...

Não sou mais sindicalizado, porque não acredito mais nisso. [...] Os sindicatos têm uma forma de concretizar os seus objetivos que não me convém, de fazer greve a toda hora sem necessariamente haver impacto.

A nossa profissão está degradada na opinião pública, é uma profissão que já não atrai (por questões salariais). Um dia de greve significa 75 euros retirados no mês seguinte. [...] Há alguns anos, fizemos uma greve administrativa contra a prefeitura: ela foi inteligente com relação a um problema local e vencemos. [...] É preciso encontrar outros métodos de luta (Robert; Carraud, 2018).

É, portanto, por outros meios que não os do repertório tradicional de ação (reivindicações expressas por meio de plataformas gerais, por vezes criticadas como "pegatudo", manifestações, greves de 24 horas) que - sem poderem desistir - os sindicatos mantêm as suas possibilidades de vínculos um tanto assertivos com a “base” educacional. A começar pelas questões de profissão, formação e pedagogia. Assim, o SNUipp tem conseguido mobilizar todos os anos, durante 2 décadas, um número significativo de professores durante uma universidade de outono, (sessão coletiva de reflexão dos professores sindicais com pesquisadores durante as férias de outono), onde se estabelecem contatos diretos entre profissionais e investigadores, fornecendo depois material para uma publicação específica. A SE-Unsa, por sua vez, oferece um “Pédagotek”, com relatos de trabalhos de pesquisa

educacional e um “Blog Profissional” contendo numerosos relatos de experiências profissionais significativas. O SNALC publica “cartas eletrônicas de pedagogia”. Estas, na verdade, falam muito pouco de pedagogia no sentido prático e técnico do termo, trazendo um sentido muito amplo de reação a tudo o que diz respeito à organização da escolaridade em geral. O Sgen-CFDT também tem, há muito tempo, um setor de “Pedagogia” e parece situar o seu discurso inicial nos problemas concretos da escola dentro de uma visão, que é agora mais deliberadamente societal. Sob o título “Pedagogia”, o site do SNES-FSU se refere a contribuições que tratam, por exemplo, de reformas, interdisciplinaridade, a relação entre sindicalismo e pedagogia e uma série de problemas, que surgem na prática profissional, muitas vezes em relação a uma política ministerial criticada. Neste sindicato secundário, ocorreram iniciativas para estimular reflexões pedagógicas e didáticas por disciplina (Economia, Filosofia etc.). Geralmente não há conflito entre estes grupos sindicais e as associações especializadas, estritamente disciplinárias, mas estas últimas não abordam as questões profissionais por meio de uma questão social, como faz a maioria dos sindicatos.

A investigação colaborativa entre sindicalistas e profissionais da área também se desenvolveu, muitas vezes, por meio dos institutos de investigação estabelecidos pelos principais sindicatos (Robert, 2004). Em suma, atendo-nos aos sindicatos docentes mais representativos num cenário sindical fragmentado (como vimos anteriormente), verificam-se que as questões profissionais constituem um meio privilegiado de interesse do pessoal envolvido, na maioria das vezes, sob a forma de propostas de promoção de práticas profissionais, de combate contra o fracasso acadêmico e por uma escola verdadeiramente democrática.

As organizações sindicais de professores se encontram, portanto, hoje na França, numa situação contrastante entre, por um lado, uma perda objetiva de poder relativamente à segunda metade do século XX (que se revela por meio da diminuição do número de membros e a menor participação nas eleições profissionais) e, por outro lado, uma manutenção de certa influência ideológica. Isto pode ser percebido, se não mais, nas contribuições especificamente profissionais, realizadas pelos sindicatos para auxiliar com relação às questões profissionais, para esclarecê-las, em particular, por meio da colaboração com investigadores, para oferecer estágios complementares à formação inicial, muitas vezes considerada insuficiente, para apresentar argumentos mais precisos, críticos desta ou daquela medida de reforma, nas perspectivas de ação e mobilização coletiva; sempre necessárias, mas menos sistematicamente seguidas do que no passado. Como paradoxalmente resumiu um ex-professor entrevistado

numa das nossas pesquisas: *Sindicatos, seria trágico se não existissem, mas hoje já não os ouço* (Robert; Carraud, 2018).

Por último, não podemos negar que, perante esta ou aquela iniciativa ministerial, as alternativas propostas por certos sindicatos exigem tantas condições que estão fora do alcance imediato, que, em lugar de uma reforma profunda, estas propostas se transformam numa simples defesa do *status quo ante*.

Se quiséssemos arriscar estabelecer, para concluir, uma tipologia dos sindicatos docentes franceses, poderíamos facilmente chegar a um acordo para aqueles que reivindicam explicitamente o conservadorismo, ou mesmo um regresso a uma velha ordem do sistema escolar, muito mais difícil para os outros – a maioria – cada um defendendo uma visão de reforma justa. Com efeito, falar em “sindicalismo de apoio” às organizações que aceitam esta ou aquela medida rapidamente parece pejorativo, mesmo que possa abranger uma realidade específica; evocar um “sindicalismo transformacional” para aqueles que se opõem de forma mais resoluta não os ajuda a escapar às críticas de reforçar a imobilidade e obscurece o fato de que, por vezes, sabem como admitir o progresso. A realidade é sempre mais complexa do que dizemos dela, isto pressupõe, em cada configuração político-social específica e para além da existência de grandes tendências, análises efetivas de circunstâncias concretas (Robert; Tyssens, 2008).

Referências

GEAY, Bertrand. *Le syndicalisme enseignant*. Paris: La Découverte, 2005.
DOI: [10.3917/dec.geay.2005.01](https://doi.org/10.3917/dec.geay.2005.01)

HONNETH, Axel. La théorie de la reconnaissance: une esquisse. *Revue du Mauss*, n. 23, 2004, p. 133-136. <https://doi.org/10.3917/rdm.023.0133>

HUGHES, Everett-C. L'étude du travail et des métiers. *Le regard sociologique. Essais choisis*, textes rassemblés et présentés par J.-M. Chapoulie. Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, 1996, p. 59-135. ISBN EHESS: 2-7132-1215-4.
EAN13: 9782713212154

OCDE. *Regards sur l'éducation 2021. Les indicateurs de l'OCDE*. Paris: OCDE, 2021.
Disponível em: <https://doi.org/10.1787/5077a968-fr>. DOI: [10.1787/5077a968-fr](https://doi.org/10.1787/5077a968-fr)

POUCET, Bruno (dir.). *Histoire et mémoire de la FEP-CFDT*. Paris: L'Harmattan, 1999.
ISBN: 2-7384-8417-4. EAN13: 9782738484178. EAN PDF : 9782296398856

ROBERT, André- D. (dir.). *Le syndicalisme enseignant et la recherche. Clivages, usages, passages*. Grenoble/Lyon: Presses universitaires de Grenoble-Institut national de recherche pédagogique, 2004. EAN13: 9782706111563.

ROBERT, André- D. *Le syndicalisme des enseignants*. Paris: La Documentation française-Centre national de documentation pédagogique, 1995. ISBN-10. 2110034068. ISBN-13 978-2110034069.

ROBERT, André- D.; CARRAUD ,Françoise. *Professeurs des écoles au xxie siècle. Portraits socioprofessionnels*. Paris: Presses universitaires de France, 2018.
<https://doi.org/10.3917/puf.rober.2018.01>.

ROBERT, André-D.; TYSSSENS, Jeffrey. Mapping teachers strikes: A “professionalist” approach. *Paedagogica Historica. International Journal of the History of Education*, vol. 44, n. 5, 2008, p. 501-516. <https://doi.org/10.1080/00309230802351867>

ROBERT, André-D.; VERNEUIL, Yves. Eléments d'histoire du syndicalisme des professeurs de l'enseignement secondaire en France de la fin du XIXe au début du XXIe siècles. In : ROBERT, André-D.; SERRADAS DUARTE, Rosa; LEAL, Maria Clara (dirs). *O sindicalismo e a construção da profissão*, Lisboa: CEIeD, universidade Lusofona, 2020, p. 96-120. ISBN: 978-989-757-160-2.

SINGER, Madeleine. *Le SGEN des origines à nos jours*. Paris: Éditions du Cerf, 1993. ISBN: 2-204-04594-2.

Sitio Enseignants Unsa [se-uns.org]. Augmentations 2022 : plus de personnes concernées mais pas de revalo pour tous », 27/08/2021. Disponível em: <https://bit.ly/3sTwPCD>. Acesso em: 30.11.2022.

Sitio OECD : Organisation for Economic Co-operation and Development. Data 2018, 2021. Disponível em: oecd.org. Acesso em: 30.11.2022.

Sitio SNUipp [<https://www.snuipp.fr>. Grenelle et salaires , 6.07. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3sSPdM3> Acesso em: 30.11.2022.

SIWEK-POUYDESSEAU, Jeanne. *Les syndicats des fonctions publiques au xxe siècle*. Paris: Berger-Levrault. 2001. ISBN: 2-7013-1372-4.

VERNEUIL, Yves. Des gardiens de l’ordre établi dans l’enseignement secondaire ? Le SNALC, la CNGA et la Société des agrégés face aux conséquences de Mai 1968. *Histoire@politique*, n. 37, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/histoirepolitique.4490>